A educação popular: conceito que se define na práxis[i]

Carlos Núñes Hurtado

Conforme foi dito, precisamos deixar claro o que entendemos por educação popular, pois como tem sucedido historicamente, o termo – mais que a concepção - começa a ser aplicado como palavra de moda para referir-se a velhas fórmulas que têm sido "inventadas" e induzidas na América Latina por diversas tendências (e intenções).

Assim, temos que diferenciá-la da "educação não formal", isto é, de uma educação que rompe com os moldes rígidos da escola tradicional nos aspectos “formais”, mas que continua transmitindo com os mesmos enfoques e procedimentos, uma série de “conhecimentos” previamente esboçados e organizados por especialistas.

É a superação da "aula", porém dentro da mesma "escola” e quase sempre está ligada a programas oficiais. A relação “educador-educando” se mantém com todo o verticalismo do “professor-aluno”. Nesta categoria estão os programas de "educação à distância", "educação aberta","cursos intensivos", etc.

Outro modelo que começa a ser chamado de educação popular (e certamente está mais próximo) é a chamada"educação de adultos”; isto é, educação dirigida a setores não atendidos (por motivo de idade) pelos dos programas estabelecidos no sistema educativo formal. O conteúdo desta educação gira muitas vezes sobre aspectos próprios da escola formal, porém não tem validade acadêmica oficial.

Na maioria das vezes, o conteúdo aborda temas relacionados com a vida familiar, social e da comunidade; assim, educação para a saúde, relações familiares, educação sexual, artesanatos, habilidades e ofícios são características deste tipo de programa.

Em muitos casos, os métodos de trabalho são altamente tradicionais e praticamente escolares. As academias paroquiais, os "centros de desenvolvimento comunitário do DIF”[ii] e muitos outros semelhantes são mostras clássicas deste tipo de programas.

Em algumas ocasiões, e devido a esses espaços de "inserção" no mundo oficial ou internacional. alguns programas adquirem modalidades muito mais próximas a um autêntico trabalho popular, tanto em orientação e conteúdo, como em métodos e técnicas.

A maioria das experiências novas (oficiais ou privadas) deste tipo são novas pela relativa utilização de métodos e técnicas participativos e de certas ferramentas didáticas.

A ênfase no pedagógico e/ou didático faz muitos definirem seus programas como de educação popular, identificando o uso de audiovisuais, filmes, dinâmicas, etc., com as características essenciais da educação popular.

Todos estes enfoques e muitos outros semelhantes como o "extensionismo" são a nosso ver parciais, porquanto deixam de lado explicitamente a intencionalidade política do modelo educativo com que se trabalha. Muitas vezes, ainda que o setor "beneficiado" seja o povo, a orientação no conteúdo e na forma não responde a seus interesses enquanto classe.

E aqui está, para nós, a característica essencial da educação popular, pois, mesmo incorporando alguns dos elementos de outros modelos, sua definição está dada por sua concepção e compromisso de classe e por sua ligação orgânica com o movimento popular, definido em termos políticos (não necessariamente partidários).

Por isso, para nós a educação popular é um processo de formação capacitação que se dá dentro de uma perspectiva política de classe e que toma parte ou se vincula à ação organizada do povo, das massas para alcançar o objetivo de construir uma sociedade nova de acordo com seus interesses.

Educação popular é o processo contínuo e sistemático que implica momentos de reflexão e estudo sobre a prática do grupo ou da organização; é o confronto da prática sistematizada com elementos de interpretação e informação que permitam levar tal prática consciente a novos da compreensão. É a teoria a partir da prática e não a teoria “sobre” a prática. Assim, uma prática de educação popular não é o mesmo que “dar” cursos de política para a base, nem fazer ler textos complicados, nem tirar os participantes por muito tempo de sua prática, para formá-los, sem tomar a própria realidade (e a prática transformadora sobre essa realidade) como fonte de reconhecimentos, como ponto de partida e de chegada permanente, percorrendo dialeticamente o caminho entre a prática e sua compreensão sistemática, histórica, global e científica sobre esta relação “entre teoria e prática”. Assim os conhecimentos produzidos sobre outras práticas, os eventos formativos com tais, os materiais de apoio, o intercâmbio de experiências, etc., adquirem sua justa dimensão.

Devemos reiterar nossa posição e distanciá-la de qualquer critério "espontaneísta" ou "basista" onde tudo que o povo faz, somente ação – qualquer ação – é válido ou verdadeiro. Isto não nega absolutamente o valor que a mesma prática tem como fato educativo em si, mas tenta situar o desafio que significa assumir tal prática com plena consciência e sentido histórico.

Nem acreditamos numa posição "vanguardista", em que poucos intelectuais, sem contato com o povo e seu processo, ditam as normas de verdade e as pautas a seguir.

Nem uma posição “basista" ou "espontaneísta" nem uma posição “vanguardista", mas uma autêntica práxis[iii] sustenta, orienta e desenvolve uma verdadeira tarefa de educação popular, como a entendemos.

Isto não significa a mitificação de uma tarefa importante, como é a luta ideológica, em prejuízo de uma prática política que a acompanhe, sustente e fortaleça. Porém, essa prática política não pode ser assumida na forma tradicional, com métodos verticalistas e autoritários que a fazem caminhar à margem da realidade objetiva das massas e de sua pertinente análise e compreensão a nível ideológico.

O sentido de educar não é entendido como um fato escolar onde quem sabe (ainda que seja "sobre política") informa e "educa" quem não sabe; é pois um processo contínuo e sistemático de interação entre prática e teoria, impulsionado e acompanhado por aqueles companheiros que têm maior nível e capacidade de análise, reflexão e informação.

E este critério situa o popular em sua justa dimensão, visto que não se utiliza como sinônimo de "beneficiário”, mas em função de seu caráter protagonista como classe.

Assim, educação popular não somente deve-se entender como "conscientizar" ou desenvolver a "consciência crítica", mas deve-se dar a este fato o sentido de "consciência solidária", e esta, em termos de "solidariedade de classe", que se torna prática transformadora na medida em que se converte em solidariedade organizada de classe.

Por isso, o desenvolvimento da consciência de classe não pode dar-se à margem ou por cima da prática transformadora da classe, que se torna tal ao ser coletiva, organizada e histórica. E é histórica na medida em que consegue teorizar sua prática, isto é, situá-la, interpretá-la e projetá-la dentro da perspectiva científica de transformação, de acordo com o projeto histórico da classe explorada em sua luta organizada.

1. Sobre a metodologia da educação popular

Uma concepção como esta supera certamente todas as outras enumeradas, por quanto não pode (como as demais) ficar reduzida simplesmente aos aspectos de conteúdo e/ou forma, mas implica necessariamente a síntese orgânica de ambos os aspectos que guardam, além de tudo, a necessária coerência com os objetivos que se desprendem de uma definição conceitual, que a situa como uma prática educativa ligada permanente ao que fazer do povo organizado e suas condições objetivas.

Em outras palavras, é necessário construir e desenvolver uma metodologia que, precisamente por ser tal, exija a relação lógica entre objetivos, conteúdos, métodos com que se pretende implementar o processo de geração e de apropriação dos conteúdos e, portanto, a geração de ações transformadoras tendentes á busca dos objetivos colocados.

Uma metodologia é, pois, a coerência com que se devem articular os objetivos a alcançar, os métodos ou procedimentos utilizados para isto e as técnicas ou instrumentos aplicados em relação ao marco teórico que dá origem aos objetivos buscados.

De fato, muitas vezes encontramos uma coerência metodol6gica em programas educativos que obedecem aos interesses do sistema dominante; por isso, os objetivos "normalizadores" de aprendizagem são implementados em conteúdos fortemente ideologizados que são "transmitidos" verticalmente - bancariamente - através de métodos de recepção passiva por parte dos educandos e mediante técnicas ou ferramentas com igual objetivo.

Por isso, os sistemas educativos (formais ou não) utilizados pelos setores dominantes funcionam eficientemente, pois não têm incongruências entre objetivos, conteúdos e formas; a "domesticação" funciona coerentemente.

Esta coerência sem dúvida não está tão presente em muitos programas de educação popular, que bem orientados (e melhor intencionados) desenvolvem conteúdos alheios à prática dos grupos; seus métodos são igualmente bancários (ainda que os conteúdos sejam revolucionários) e as técnicas utilizadas são a tradicional "aula", a palestra, o discurso, etc.; isto é, técnicas de transmissão de conteúdos. Em outras ocasiões, esquemas como o anterior pretendem rapidamente "renovar-se" mediante a aplicação de alguns instrumentos ou técnicas próprias da educação popular (dinâmicas, audiovisuais, etc.) sem modificar, na realidade, nada de substancial, uma vez que a técnica não é a educação.

Por isto vale sublinhar aqui que a ligação entre proposta metodológica coerente e definição política do programa (explica ou não) é algo verdadeiramente substancial na educação popular.

Por isso, é necessário ir mais a fundo e estabelecer a relação coerente entre uma concepção de educação popular como a que temos assinalado e a metodologia condutora.

Para nós, somente através de uma metodologia dialética se pode conseguir tal relação, pois somente baseando-se na teoria dialética do conhecimento se pode conseguir que o processo "ação-reflexão-ação” “prática-teoria-prática” dos grupos populares - do movimento popular - conduza à apropriação consciente de sua prática, transformando-a permanentemente para a conquista de uma nova sociedade.

Para que os programas de educação popular que se definem como tais produzem mudanças e gerem ações coerentes com os objetivos políticos colocados pela organização responsável do programa, é necessário adotar um posicionamento metodológico que lhe dê coerência interna e uma concepção dialética que lhe dê coerência política.

Assim, pois, uma "metodologia dialética" é o caminho adequado que nos permite ter como "ponto de partida" do processo a prática real da organização transformando sua realidade; este partir da prática será levado sistematicamente a novos níveis de compreensão, isto é, a processos de abstração da mesma realidade que nos permita compreendê-la, de maneira diferente, em sua complexidade histórica e estrutural, para então projetar as novas ações transformadoras de uma maneira mais consciente e sobretudo, de acordo com uma teoria que nos ajude a conhecer as leis históricas, permitindo-nos avançar mais adequadamente dentro de uma visão estratégica, que situa e supera um mero ativismo, uma posição meramente "reivindicalista" que muitas vezes, sendo ações táticas, se confundem como se fossem estratégicas.

Mas vamos nos deter um pouco mais nestes pontos. Que significa "partir da prática"? É o mesmo partir da realidade? Qual é o peso dos aspectos subjetivos que incidem em toda a prática social?

2. O ponto de partida

Na realidade, o "ponto de partida", a nosso ver, se constitui da combinação de um tríplice diagnóstico: por um lado, o reconhecimento sistemático da realidade objetiva, contextual, na que o grupo ou organização vive, atua e/ou realiza sua ação.

Esta realidade abarca desde o âmbito mais imediato, mais próximo e mais "vivido", até aspectos que a afetam, porém que não são talvez percebidos em uma primeira fase; são aspectos da realidade, que independentemente do agir do grupo influenciam sobre o mesmo.

Obter um diagnóstico, isto é, um reconhecimento objetivo e sistemático, produz um primeiro distanciamento da mesma realidade tantas vezes vivida e sofrida, porém talvez nunca vista objetivamente.

O caso de uma organização de bairro que autodiagnostica as condições objetivas de seu habitat[iv] é exemplo claro deste primeiro diagnóstico, em sua dimensão mais simples.

O aprofundamento desse contorno (novos dados, mais informações) e a extensão da análise (problemática da região, da cidade) para voltar a aprofundar (problemática urbana como tal), São exemplos deste agir no primeiro pilar do ponto de partida: a realidade.

Porém essa realidade não existe, como tal, alheia ao homem e á sociedade; é o agir individual, grupal, coletivo, consciente e intencionado - e em todos os níveis - o que cria, modifica, e transforma constantemente a mesma realidade. A isto chamamos “prática social”.

Ambos os elementos: condições materiais e sociais e o agir do homem nelas, por elas e para elas, se relacionam dialeticamente.

Analisar as ações, espontâneas ou organizadas, que o grupo realiza para transformar seu meio e o sistema em geral é um segundo diagnóstico que faz parte do “ponto de partida”, conforme nossa concepção metodológica dialética.

Por último, este agir, consciente e intencionado, ou inconsciente ou menos intencionado e espontâneo, obedece de fato a uma interpretação de realidade social e a uma intenção frente a ela.

Produto da história e circunstância pessoal e social, por sua vez conformada com as leis históricas e interpretação ideológicas sobre as mesmas, cada pessoa a cada grupo ou

organização terão razão para atuar de uma ou de outra maneira, para dirigir suas ações em determinado rumo ou, inclusive, para “não atuar”, pretendendo alguns assumir uma “neutralidade” obviamente inexistente.

Esta consciência (ingênua, crítica, desenvolvida e formada, etc.) é o terceiro nível do autodiagnóstico inicial, que conforma o ponto de partida metodológico, e é de vital importância sua explicação, porquanto somente no reconhecimento crítico e consciente do porquê de nosso agir, encontraremos explicação e motivo para seguir conhecendo e atuando, isto é, educando-nos.

Esta "consciência" da realidade do agir sobre ela é sempre uma combinação de aspectos objetivos (fatos situações e circunstâncias que se conhecem) com aspectos subjetivos (interpretações, emoções, sentimentos e atitudes), que sobre esses aspectos objetivos se tem.

Em síntese, o ponto de partida nesta proposta melodol6gica é buscar o autodiagn6stico da organização ou grupo na realidade objetiva em que se encontra; das ações que nessa realidade se realiza com o objetivo de transformá-la; e do nível de consciência - interpretação que se tem sobre a realidade e suas ações. E nesta interpretação não só influenciarão aspectos objetivos, mas também toda a carga subjetiva (conotativa) que de fato se tem.

Este tríplice diagnóstico é, a nosso ver, a aproximação adequada ao pressuposto dialético que se formula como "partir da prática" ou "partir da realidade" ou mais simplesmente prática-teoria-prática.

É claro que esta proposta aparece muito complexa, pois cabe a pergunta: como consegui-la? É preciso levar em conta que deve ser de uma forma simples, ordenada, assistemática e sempre de acordo com as condições e características do grupo com que se está trabalhando, e dos objetivos que se quer alcançar.

Por isso, o educador deverá decidir taticamente qual deverá ser o "ponto de entrada", isto é, a forma específica, o aspecto inicial com o qual desencadeará o processo de educação. Em algumas circunstâncias será conveniente iniciar com o diagnóstico da realidade; em alguma outra, pelo contrário, talvez convém autodiagnosticar inicialmente a interpretação sobre fatos sucedidos de grande importância; é provável que devam manejar aspectos combinados, etc., etc.

Em uma palavra, o fundamental será o quê (ponto de partida tríplice), e o circunstancial (ainda que muito Importante pedagogicamente falando) será o como (ponto de entrada e forma de alcançá-lo)[v].

3. Teorização

Este processo, ao qualificar-se assim, se converte, desde o ponto de partida, num processo de teorização, a partir da prática, onde o método se converte no articulador dialético entre a teoria que o fundamenta e a realidade que se pretende conhecer.

O resultado inicial do autodiagnóstico (tríplice ponto de partida) constitui de fato um novo nível de conhecimento e interpretação sobre seu ponto de partida.

É um primeiro distanciamento crítico sobre sua realidade e seu agir; é um avanço no nível de consciência e interpretação; constitui um passo para a globalização e consciência de pertença à classe e à história, elementos todos constitutivos (junto com outros que aprofundaremos) do que entendemos por teorizar.

Em outras palavras, consideramos importante insistir que, ainda que o ponto de partida não possa oferecer um conhecimento da realidade e de suas leis a um nível de informação e interpretação verdadeiramente teórico, se constitui, a nosso ver, no primeiro (e talvez elementar) passo do espiral dialético; é pois o início do processo de teorização e isto é justamente o que nos permite teorizar a partir da prática, e não "sobre" ela.

Por isso, este nível de compreensão da realidade nos permite justamente avançar e elevar a novos níveis de compreensão, sem distanciar-nos nunca da própria realidade. Desta maneira, não voltamos ao mesmo ponto de partida - que nos levaria a ficar presos num circulo fechado - mas geramos uma verdadeira "espiral" que, sem distanciar-se de seu referente, avança e se enriquece permanentemente e progressivamente com o conhecimento e a compreensão cada vez mais complexa do ponto de partida.

Isto implicará (e tem que propiciá-lo, ainda que seja normal que se dê) a construção de conceitos operativos que venham a constituir instrumentos de interpretação e síntese dos níveis de análise obtidos.

Não é necessário, como alguns ortodoxos o interpretam, que de entrada o grupo "aprenda" os conceitos clássicos. Os conceitos operativos que o grupo ou organização vão construindo respondem ao seu nível de consciência, isto é, de conhecimento e interpretação; estão relacionados com seu grau de desenvolvimento e com seu universo cultural e, sobretudo, são a ponte segura e a chave apropriada para ascender dialeticamente a novos níveis de interpretação e, portanto, a novas formulações conceituais, que respondam a níveis de sínteses mais complexos. Os conceitos operativos representam categorias de análise que o grupo já maneja e domina.

Assim, podemos afirmar que "teorizar um processo de aprofundamento ascendente, isto é, um processo de acumulação e avanço quantitativo e qualitativo no conhecimento da realidade e a partir da mesma realidade, mediante ações sistemáticas de reconhecimento, abstração, análise e síntese, que levam, mediante a construção e apropriação de conceitos, ao conhecimento e apropriação de um modelo científico de interpretação da realidade e de suas leis históricas".

Este processo dialético implica também conhecer, estudar, interpretar e aplicar à circunstância histórica e conjuntural as contribuições de outras experiências, e de outros pensadores que tenham conseguido sistematizar, abstrair e formular teoricamente.

Não se deve pensar que o processo de conhecimento possa chegar a níveis profundos s6 a partir da própria experiência. A contribuição da teoria é, portanto, parte essencial do processo de educação-ação, pois nem todo conhecimento e experiência estão no fato de pertencer ao grupo ou organização. E este é um dos papéis do coordenador.

Por isto insistimos: não basta somente um processo de análise progressiva da realidade imediata, que nos daria uma visão funcionalista da sociedade; é necessário compreendê-la histórica e estruturalmente, para situar-se em suas luta, dentro de complexo dinamismo.

Assim, a dimensão política da educação popular (assinalada na formulação de parágrafos anteriores) encontra sua validade, "já que (a educação popular) não busca conhecer ou contemplar a realidade social a partir de fora, mas pretende decifrar de dentro do movimento histórico o sentido mesmo da história, intervindo ativa e conscientemente em sua transformação, fazendo da atividade das massas uma atividade revolucionária, isto é, uma atividade teórico-prática".

Paulo Freire, na 3ª Carta a Guiné Bissau, de 5 de janeiro de 1976, assinala (referindo-se às implicações que a teoria do conhecimento, sustentadora de um posicionamento metodológico dialético, tem): "O que conhecer, como conhecer, para que conhecer, em favor de que e de

quem conhecer – e por conseguinte, contra que e contra quem conhecer – são questões teórico-práticas e não intelectualistas, que nos são apresentadas pela educação enquanto ato de conhecimento”.

É claro, pois, que teorizar não é um fato intelectual isolado da prática, e que justamente ao constituir-se em um momento de abstração sobre a realidade e a prática organizada das massas, permite orientar e definir; em resumo, responder politicamente às perguntas formuladas por Freire.

Assim se define seu caráter de classe e sua dimensão política: a prática e a teoria como elementos inter-relacionados no processo histórico de libertação.

Acreditamos que complementa esta visão, sobre o que é teorizar, a contribuição que Oscar Jara apresenta em sua palestra Consciência de classe e método dialético, apresentada no México em 1982, pelo que transcrevemos a seguir:

"Porém teorizar não significa qualquer tipo reflexão significa, em primeiro lugar, realizar um processo ordenado de abstração, que permita passar da aparência exterior dos fatos particulares a suas causas internas - estruturais e históricas – para podermos explicar sua razão de ser, seu sentido, Este processo d abstração não pode ser, portanto, imediato nem espontâneo, mas deve fazer-se através de aproximações sucessivas, o que implica seguir necessariamente um percurso ordenado de análise e síntese, para torná-lo coerente”.

“Em segundo lugar, significa chegar a adquirir uma visão totalizadora da realidade, em que cada elemento dela seja captado em sua articulação dinâmica e coerente como o conjunto: essa unidade complexa e contraditória constitui a realidade concreta. (Inter-relação dialética entre os fatores econômicos, políticos e ideológicos, historicamente determinados.) Trata-se, pois, de perceber e entender cada fenômeno particular dentro do movimento que o relaciona com a totalidade social em um momento histórico concreto”.

“Em terceiro lugar, deve permitir obter uma visão crítica e criadora da prática social. Isto é, adquirir uma atitude de questionamento sobre o processo causal dos fatos e sua dinâmica interna, que leva a aprofundar, ampliar e atualizar constantemente o conhecimento que se tem sobre eles. Isto significa, por sua vez, uma exigência de permanente impulso sobre a capacidade criadora e a reelaboração dos elementos de interpretação teórica, para adequá-los às novas circunstâncias, e orientar, portanto, de maneira efetiva e realista, a nova ação sobre elas. O conhecimento teórico, dentro desta dinâmica, deixa de ser uma mera "compreensão" do que acontece, para converter-se em um instrumento ativo de crítica, nas mãos das classes populares, que permitirá dirigir a história para o que deve acontecer, de acordo com os seus interesses”.

“Em quarto lugar, este processo de formação teórico-prática deve levar amplos setores das massas populares a adquirir a capacidade de pensar por si mesmas. Desta maneira poderão assumir convicções próprias e não estarão simplesmente esperando de outros a "correta" interpretação dos acontecimentos, para aceitá-los passiva e democraticamente. Esta própria convicção, racional e firme será a base real sobre a qual poderá assentar-se urna vontade política que impulsione organicamente as ações de classe mais além de uma pura emotividade irreflexiva. Isto é, uma autêntica mística de classe capaz de comprometer todas as energias vitais - e inclusive a vida mesma - na construção de uma nova sociedade, a qual não poderá fazer-se efetiva senão como produto de uma "criação heróica" das classes populares. Porque ‘nenhuma grande obra humana é possível sem o envolvimento levado até ao sacrifício dos homens que a implementam’".

“Este processo pode e deve ir se aprofundando ao ritmo do próprio grupo e suas ações”.

“O aprofundamento de fato ampliará o panorama, provocando "ramificações" de relações nos fenômenos estudados, tanto de caráter estrutural como histórico”.

“Por isso, é indispensável em nosso ponto de vista, para poder desenvolver este processo, manejar um modelo cientifico de interpretação, ainda que no principio possa ser imperfeito e talvez elementar, contenha a visão de conjunto, de sistema, que permita a "acumulação" profunda, quantitativa e qualitativamente.

“Neste processo de teorização, não pode, não deve ficar fora um elemento fundamental: a forma natural com que o grupo vai expressando o que entende (e o que não entende, também). Porque teorizar não é fazer repetir termos "teóricos", por mais consagrados pela ortodoxia e por mais exatos que nos pareçam. A sabedoria popular, sua sensibilidade e seu engenho, são capazes de ir dando tradução - com uma sadia condução pedagógica - desde seu próprio universo vocabular, a todo esse outro mundo de termos "estranhos”. Porém, mais que aos termos, ao conteúdo essencial dos mesmos. E aí está o grupo fazendo sua própria teoria e sua própria construção de conceitos”.

“Em último lugar, trata-se de incorporar na fase de teorização o elemento cultural no qual deve estar apoiado todo o processo educativo, comunicacional e organizativo".

4. Volta a Prática

"Voltar à prática" constitui um regresso ao ponto de partida, porém não entendido no sentido original do qual se partiu, pois isto significaria a anulação do movimento dialético.

O processo de reflexão teórica sobre o ponto de partida deve provocar nosso avanço em termos não só intelectuais, mas na qualidade racional, organizativa e política das ações transformadoras da mesma realidade da qual se partiu.

Não se trata pois de um voltar mecanicamente, mas de avançar dinâmica e' criativamente, embora sem distanciarmos nunca de nossa própria realidade.

Por outro lado, não se deve entender a volta à prática como um fato "final" do processo de educação; não se deve pensar que até que se tenha feito todo o processo teórico, levado ao máximo de aprofundamento possível, não se está "capacitado" para voltar à prática. Esta formulação romperia de novo com a essência do posicionamento dialético e com a teoria do conhecimento que o sustenta, pois não se estaria sendo coerente com a afirmação que sustenta que a prática é a fonte de conhecimentos e o critério de sua verdade; de fato não se estaria verdadeiramente teorizando, conforme entendemos, mas especulando com conceitos vazios e alheios à prática.

Devemos distinguir e clarear algo que já foi assinalado. O processo educativo não é sempre nem necessariamente sinônimo de um "evento educativo".

Quando estamos falando de uma organização ou grupo popular, estamos partindo do fato de que tal grupo realiza uma prática social. Essa prática, sua compreensão e seu melhoramento em termos racionais e políticos, é o verdadeiro objetivo do processo educativo; e se para consegui-lo é necessário realizar ou convém realizar eventos educativos (cursos, seminários, oficinas, etc.), isso não deve significar que o objetivo a alcançar seja que os participantes do evento reproduzam o mesmo, mas que melhorem coletivamente sua prática sociopolítica; se para isto há necessidade de reproduzir o evento, é circunstancial.

O importante é apropriar-se da realidade e da prática transformadora, de urna maneira consciente, crítica e criativa.

No caso dos processos de capacitação de "capacitadores", ou seja, dirigentes educadores populares, é evidente que a volta à prática durante seu processo de capacitação deveria traduzir-se num esboço de programas sistemáticos de educação com as bases.

Porém, entendendo por educação o fato de que estas bases organizadas deverão iniciar um processo de análise de suas tarefas tendo como ponto de partida sua própria realidade e prática, e considerando que o fato educativo é o momento (intensivo ou periódico) privilegiado de reflexão sistemática sobre sua prática, que é - como já assinalamos – um fato educativo em si mesmo, estamos nos referindo sempre a um agir consciente.

Portanto, não só se deve entender a volta à prática como ter a capacidade de dar treinamentos ou cursos, mas também de apoiar e coordenar, metodologicamente falando, o processo de prática-teoria-prática da organização. É a aplicação da metodologia dialética ao trabalho direto de base, e não somente a tarefas de capacitação como tais.

----

[i] Capítulo do livro de Carlos Núñez Hurtado. Educar para transformar, transformar para educar: comunicação e educação popular. Petrópolis: Vozes, 1993. Tradução: Romualdo Dias, Departamento de Educação – UNESP.

[ii] DIF: Desenvolvimento Integral da Família. Instituição assistencialista de alcance nacional com múltiplos programas tipicamente assistencialistas.

[iii] Os termos se vulgarizam e começam a ser utilizados com propriedade tanto por setores que partilham da posição ideol6gica ou da concepção teórica que os gera, como inclusive por aqueles que se situam em posições antagônicas; assim aconteceu com a famosa "conscientização", "mudança de estruturas" e muitos outros, como PRÁXIS, que hoje em dia muitos utilizam como um sinônimo "elegante e de moda" para falar da prática.

Queremos entender por práxis a concepção que integra em uma unidade dinâmica e dialética a prática social e sua pertinente análise e compreensão teórica, a relação entre a prática, a ação e luta transformadora e a teoria que orienta e ajuda a conduzir a ação.

É a unidade entre pensamento e ação que permite assumir conscientemente o papel histórico que cada homem está chamado a exercer.

[iv] Por habitat entendemos a presença e relação que se estabelece entre o homem e todos os elementos que condicionam sua forma de residência ou de vida em um lugar determinado. Esses elementos podem ser materiais, como moradia, infra-estrutura (ruas, água, drenagens, aterros, etc.), serviços públicos (coleta de lixo, transporte, recreação, educação, etc.); sociais, culturais, econômicos, ou políticos. O habitat de uma organização de bairro é seu próprio contorno e seu próprio contexto.

[v] A título de ilustração retomemos o caso da organização de bairro e seu habitat.

O educador, em combinação e de acordo com a organização através de seus dirigentes, decide iniciar o autodiagnóstico tomando como “ponto de entrada" o primeiro passo, por exemplo, a prática do próprio grupo.

Esta decisão não se daria por acaso, senão de acordo com as condições da organização; suponhamos que a organização mantenha uma tendência muito forte para o ativismo, que a está conduzindo para a diversidade de ações, sem estratégia alguma ou consciência e conhecimento de sua realidade. Talvez por estas razões se decida iniciar por autodiagnosticar justamente este agir. Seria a forma de iniciar: "o ponto de entrada".

Mas, no momento oportuno, o processo de conhecimento e análise de sua prática os levará a perguntar por que atuam assim e em relação a qual realidade.

Por isso, de forma coordenada, se iniciaria um reconhecimento critico de sua realidade, de seu habitat. Não só problemas ou deficiências - como As veles se interpreta - senão a realidade complexa: material, econômico, social, cultural, política, etc.

Com que contam, o que lhes falta, como interatuam, quais são os valores e costumes, que forças - positivas ou negativas - atuam, etc., etc. representaria o autodiagnóstico da realidade, que se integraria á análise de sua prática já iniciada.

O obter sua própria compreensão de sua realidade, sua visão de mundo e, portanto, por que atuam de determinada maneira, seria obviamente indispensável para completar o primeiro autodiagnóstico em sua tríplice dimensão.

Não importa qual seja o ponto de entrada; este poderia ter sido outro. O importante é conseguir uma plataforma desencadeadora e sustentadora que integre os três aspectos do diagnóstico e todas suas modalidades.

Mesmo que já tenha sido dito anteriormente, é importante insistir que estamos falando de um processo contínuo, ordenado, sistemático e progressivo, pelo que não se deve ver de outra maneira pressionando ou confundindo o grupo.